

Memória e Esquecimento. As causas e conseqüências do artigo “O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri”, de José Alves de Figueiredo

Maria Isabel Medeiros Almeida*

Resumo: Este trabalho tem o propósito de destacar o artigo do farmacêutico e escritor José Alves de Figueiredo, publicado no Jornal O Povo, em 07 de junho de 1934, no Ceará (CE), sobre o Caldeirão, comunidade fundada em 1926, na região do Cariri (CE), coordenada pelo beato José Lourenço. Por viverem na perspectiva de trabalho comunitário e de orações, os sertanejos do Caldeirão foram taxados de fanáticos e comunistas. Figueiredo foi o único que utilizou a imprensa para expor sua simpatia aos ideais do Caldeirão. Após a publicação do artigo, o farmacêutico acabou sendo preso. Pode-se afirmar que este é um indício de que o Governo, os latifundiários, a burguesia que começava a ascender no Ceará na década de 1930 e a própria Igreja pretendiam “apagar” da memória coletiva as idéias e os preceitos pregados por José Lourenço. Este esquecimento em relação ao Caldeirão pode ser percebido ainda nos dias atuais.

Palavras-chave: Caldeirão. José Lourenço. José Alves de Figueiredo. Memória. Esquecimento.

Abstract: This paper aims to highlight at the article written by the pharmacist, journalist and writer José Alves de Figueiredo published at the O Povo newspaper on June 7th 1934 about the Caldeirão, a community founded in 1926 at the Cariri Region (CE) and coordinated by José Lourenço. Because they lived in the perspective of community work and prayer, the backwoodsmen have been labeled as fanatics and communists. The article brought bad consequences to Figueiredo. He was arrested after its publication, which means that the government, the owners of land close to the community and the Church wanted to erase Caldeirao from the collective memory. This forgetfulness in relation to the Caldeirão can be seen even today.

Key-words: Caldeirão. José Lourenço. José Alves de Figueiredo. Memory. Forgetfulness.

O Caldeirão

O presente artigo tem como proposta compreender a relação entre memória e esquecimento a partir do artigo O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri, do jornalista, farmacêutico e escritor cratense José Alves de Figueiredo (2006), publicado no dia 07 de junho de 1934 pelo jornal cearense O Povo. Ele também foi publicado na íntegra na Coleção Outras Histórias, projeto editorial do Museu do Ceará, que conta com a apresentação do historiador Régis Lopes, então diretor do Museu (2006). A intenção é tentar perceber, a partir desta única manifestação jornalística positiva sobre o Caldeirão, que a comunidade liderada por José Lourenço foi, ao longo de sua trajetória, “apagada” da memória coletiva, principalmente entre os cearenses. Ao escrevê-lo, José Alves de Figueiredo sofreu sérias perseguições e acabou sendo preso.

Antes de entrarmos na proposta inicial deste artigo, vale ressaltar o que foi o Caldeirão e quem foi o seu líder e os seus seguidores. O Caldeirão foi uma comunidade fundada em 1926, na região da Serra do Araripe, no Ceará, e que tinha como líder o beato José Lourenço, paraibano que foi a Juazeiro do Norte, também no Ceará, com o objetivo de ficar mais próximo de Padre Cícero. Todos os moradores do Sítio, flagelados da seca, filhos da pobreza e das injustiças que existiam no sertão nordestino, viviam para o trabalho e para a fé. Segundo o próprio líder, era apenas dessa maneira que o homem conseguiria fartura e dignidade.

Régis Lopes (1991), que se dedicou ao estudo do Caldeirão, explica que, no início, a Comunidade era voltada apenas para a agricultura. Os trabalhos passaram a se diversificar apenas com o passar do tempo, graças ao grande número de sertanejos que procuravam por José Lourenço. Eram pedreiros, carpinteiros, ferreiros, etc., que buscavam no Caldeirão uma oportunidade de trabalhar dignamente, longe das secas e dos coronéis e oligarquias que “comandavam” a região neste período.

Toda a produção era destinada para a própria manutenção do Caldeirão. Havia a divisão, feita de maneira igual, do lucro da comercialização dos produtos agrícolas excedentes, que também eram destinados à caridade, como a doação de alimentos, como aconteceu em 1932 para as vítimas da seca.

A religião era o motor que movia todo o trabalho desenvolvido no Caldeirão, através do Catolicismo Popular. José Lourenço foi influenciado principalmente pelos ideais de Padre Cícero, que já vivia na perspectiva do Catolicismo Popular em Juazeiro do Norte. Lopes explica que, como representante do Catolicismo Popular, José Lourenço orientava seus

seguidores, promovia novenas, ladainhas e procissões, além das missas realizadas em dias santos e domingos.

A prosperidade do Caldeirão chamou a atenção da elite cearense, que não via com bons olhos o trabalho liderado pelo Beato. Taxados de fanáticos e comunistas, os moradores da Comunidade foram, ao longo da sua trajetória, combatidos por essas elites dominantes representadas pelo Governo, pelo Exército e também pelos jornais da época. Além disso, essas instituições pretendiam combater a Comunidade por conta do “trauma” que a experiência de Canudos havia deixado anos antes. Rui Facó (2009, p. 219), no livro *Cangaceiros e fanáticos* (2009), reforça essa ideia:

Além disso, o pesadelo de Canudos persistia na mente das zelosas autoridades, mesmo depois de 1930, quando o latifúndio teve parcialmente cercado o seu poder político. Os latifundiários submetiam-se a uma aliança, desigual para eles, mas com a condição de que a burguesia os ajudasse na defesa de seus domínios.

Representantes destas instituições dominantes se reuniram, em 1936, para discutir que medidas deveriam ser tomadas para combater o avanço da Comunidade. Chegaram à conclusão de que o local deveria ser destruído. Comandada pelo Capitão José Bezerra, as tropas invasoras expulsaram os “fanáticos do Caldeirão”. Parte dos bens que existia no Caldeirão foi destruído, roubado ou usado em benefício dos invasores. Além disso, a polícia saqueou e incendiou as casas dos sertanejos.

Apesar de José Lourenço ter pregado, durante todo o percurso da Comunidade, a via pacífica para a solução dos problemas que surgiam, alguns de seus seguidores defendiam ações mais radicais, dentre eles o também beato Severino Tavares. Ele, então, arquitetou um plano de ataque à cidade do Crato. Sabendo da intenção de alguns remanescentes da invasão de 1936, no dia 10 de maio de 1937, José Bezerra, comandando um contingente de 18 soldados, dentre os quais seu filho e seu genro, seguiu para a Serra do Araripe, sendo massacrados pelos sobreviventes do Caldeirão.

Morreram no combate o próprio José Bezerra, seu filho, seu genro e um cabo, fato que causou uma enorme repercussão tanto na região do Cariri quanto na capital, Fortaleza. Surgiu, imediatamente após essa baixa, uma invasão das tropas do Exército. Aviões sobrevoaram a região, metralharam os que resistiram aos ataques anteriores, incendiaram os casebres.

A imprensa como fonte historiográfica

A imprensa é, comumente, uma ferramenta fundamental e bastante usada no estudo da História. De acordo com Leroi-Gourhan (1964-1965), não existia uma distinção clara entre a

transmissão oral e a transmissão escrita até o surgimento da imprensa. Antes, todo o conhecimento, as histórias e as tradições que estavam inseridas nas práticas e nas técnicas orais, ou seja, eram transmitidos de cor. Ele afirma que, a partir dos impressos “não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos.” (LEROI-GOURHAN, 1964-1965, p. 69-70).

A revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), intitulada Projeto História, dedicou sua 35ª edição aos estudos de História e Imprensa (2007). Isso evidencia a importância da interdisciplinaridade entre essas duas áreas. A partir das pesquisas feitas sob a perspectiva dos veículos de comunicação de massa, o historiador é capaz de articular, por exemplo, o conteúdo desses jornais ao campo de lutas sociais, contradições de classe, etc. Na apresentação da revista Projeto História – História e Imprensa, os editores científicos, Heloisa de Faria Cruz, Vera Lúcia Vieira e Antônio Rago (PROJETO HISTÓRIA, 2007, p. 10-11), abordam essa questão:

A pesquisa nestes diferentes materiais dá visibilidade a um repertório de indagações instigantes e que remetem a campos essenciais da reflexão histórica na área, tais como: as relações entre imprensa, poder e a configuração dos sistemas políticos em diferentes situações; a atuação da imprensa como espaço de mobilização, difusão e generalização de diferentes projetos, valores e personagens de grupos que disputam/afirmam a hegemonia a cada conjuntura histórica; os mecanismos de controle e censura que a cada momento regulam os conteúdos e o acesso aos meios impressos de maior circulação bem como a atuação de publicações alternativas.

Quem também aborda a relação entre história e imprensa é Jacques Le Goff (2003, p. 451). No livro História e Memória, ele afirma que “a imprensa revoluciona, embora que lentamente, a memória ocidental”. O autor teoriza a revolução da memória pela imprensa, em que, a partir dos veículos impressos, chega-se a uma exteriorização da memória individual, de forma progressiva, a partir do momento em que as transmissões não ocorrem apenas de forma oral.

A partir das ideias citadas acima, podemos compreender a relação entre memória e esquecimento presente no Caldeirão, por meio de uma leitura mais aprofundada dos jornais do período. Um fato desta proporção, com a violência desnecessária que a Comunidade sofreu, com as mortes causadas, deveria estar no imaginário da população brasileira, assim como Canudos está, por exemplo. O Caldeirão, em algum momento, perdeu-se na memória. Um fato que exemplifica essa questão pode ser visto na própria Academia. Ao compartilhar o

assunto com os colegas, e até para alguns professores, muitos desconheciam ou conheciam muito pouco.

A repercussão negativa e as conseqüências que José Alves de Figueiredo sofreu ao redigir um artigo em que se mostrava favorável aos ideais de José Lourenço é apenas uma evidência desse “apagamento” pregado com veemência pela classe dominante. Buscou-se, a partir de então, calar qualquer opinião que confrontasse a ideia do perigo que o Ceará, e até mesmo o Brasil, corria por conta da prosperidade da Comunidade. Silenciar opiniões semelhantes a de Figueiredo foi apenas uma das medidas tomadas nesse sentido. Mesmo após o fim do Caldeirão, era necessário que não se falasse mais sobre o assunto, com o objetivo de manter a ordem vigente.

O artigo

Para escrever O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri, José Alves de Figueiredo foi até a Comunidade, conheceu a rotina de trabalho e de oração pregados por José Lourenço. Tanto que a identificação com o beato fica evidente, no decorrer da leitura, a partir do emprego de adjetivos como “laborioso agricultor”, “homem extraordinário”, “puritano”, etc. Ao conhecer de perto José Lourenço, o jornalista percebe que “esse humilde camponês, dominado sempre pela idéia, ou mania de ser superiormente humanitário, não será capaz de esperar dele um movimento qualquer que implique rebeldia” (FIGUEIREDO, 2006, p. 47).

Pelo fato de ter convivido e conhecido de perto a Comunidade, José Alves de Figueiredo conta a história do Caldeirão desde o início ressaltando a sua prosperidade e as qualidades de seu líder. Entretanto, vale salientar que o jornalista o via, assim como os que quiseram combater a Comunidade, como um fanático. E ele se posiciona dessa forma logo no início de seu texto:

O beato José Lourenço pertence ao número dos verdadeiros fanáticos do Padre Cícero. Ele é daqueles que vêm na figura do velho patriarca alguma coisa mais do que um simples sacerdote. Para sua mentalidade de estreitos limites, transbordada por essa figura agigantada, o Padre Cícero é um santo superior a quanto os cânones tenham lançado nos catálogos da Igreja e com essa auréola empolgou seu espírito. (FIGUEIREDO, 2006, p. 29).

Vale destacar que se convencionou chamar de fanatismo uma ideologia galgada no religioso e no mítico, na perspectiva do embate entre o Catolicismo Oficial e o Catolicismo Popular. Isso aconteceu no Brasil, segundo Facó (2009), em meados do século XIX e início do século XX, quando surgiram “os movimentos de rebelião de pobres do campo, de norte a sul do país” (FACÓ, 2009, p. 57), como o Contestado, Canudos e o próprio Caldeirão.

Ainda segundo Facó, seria impossível que esses sertanejos, os que passavam fome e os que sofriam com as desigualdades presentes neste período, tivessem a mesma ideologia dos ricos proprietários de terra, responsáveis diretos pela pobreza, miséria e perseguição dessa camada mais pobre. O autor acredita que as massas rurais seguiram uma tendência natural de criarem sua própria religião, “que lhes sirva de instrumento em sua luta pela libertação social, como o cristianismo foi, em seus primórdios, religião de escravos e proletários da época” (FACÓ, 2009, p. 60).

Portanto, percebe-se que a visão que José Alves de Figueiredo tinha de José Lourenço, ao classificá-lo como fanático, está no fato de o Caldeirão ter sido construído na perspectiva do Catolicismo Popular. Os que viviam na Comunidade viam no beato não só um líder que conduzia a rotina de trabalho desenvolvida. Para essas pessoas, José Lourenço era, antes de mais nada, um verdadeiro líder religioso, um guia espiritual. E Figueiredo percebeu essa veneração ao afirmar em seu artigo que “homens velhos e moços brancos e pretos, mulheres, moças e velhas, ao se aproximarem do Beato José Lourenço, se descobrem, com grande respeito, ajoelham-se a seus pés e beijam-lhe as mãos” (FIGUEIREDO, 2006, p. 48).

O jornalista faz uma dura crítica em relação às perseguições que José Lourenço sofreu ao longo de sua trajetória. Isso aconteceu porque suas ideias nunca foram vistas com bons olhos pelos políticos, pela polícia e latifundiários. Para isso, logo no início, José Alves de Figueiredo contextualiza o leitor sobre os feitos de José Lourenço antes da fundação do Caldeirão. No final da década de 1890, quando já se tornara homem de confiança de Padre Cícero, o beato arrendou um pedaço de terra no sítio Baixa Danta, de propriedade do Sr. João Brito. Fortemente influenciado pelos preceitos de caridade do Catolicismo Popular, José Lourenço passou, então, a aceitar a vinda de pessoas pobres ao sítio. Lá, elas encontravam dignidade para viver melhor, por meio do cultivo da terra. “É o início da formação de uma pequena comunidade de camponeses” (LOPES, 1991, p. 42), o que viria a ser o embrião do Caldeirão.

Em 1921, Padre Cícero presenteou José Lourenço um touro da raça Guazerá, que foi carinhosamente chamado pelos moradores de “Boi Mansinho”. O zelo e o cuidado que essas pessoas tinham com o animal foi a desculpa ideal para o aniquilamento do Baixa Danta. Isso porque surgiram boatos de que “Boi Mansinho” era adorado e cultuado como um deus. Por conta disso, o beato foi preso e o “Boi Mansinho”, abatido. Os policiais quiseram obrigar José Lourenço a comer a carne do animal, algo que ele se recusou a fazer. Foi solto apenas por causa da intervenção de Padre Cícero no caso, que, após a libertação, enviou José Lourenço e

seus seguidores de volta ao Baixa Danta. Entretanto, o beato e seus seguidores tiveram que abandonar o local em 1926. Régis Lopes (1991) explica que, apesar de ter trabalhado naquelas terras por quase 30 anos, o beato foi obrigado a se retirar de uma hora para outra.

E é exatamente daí que parte a crítica de José Alves de Figueiredo. O jornalista acreditava que, mesmo que houvesse algum tipo de devoção ao boi por parte de “fanáticos mais exagerados”, essa adoração não aconteceu da maneira como foi propagada. E, principalmente, ele acreditava que José Lourenço não era um “estimulador de um grosseiro fetichismo” (FIGUEIREDO, 2006, p. 37). Para José Alves de Figueiredo, o beato foi, de fato, injustiçado:

Sempre as injustiças da vida! O beato interrompia a sua faina honesta e utilíssima para pagar culpas que eram mais daqueles que o perseguiram, enquanto nas grades da cadeia vinham chasqueá-lo, gozando plena liberdade, os piores bandidos e ladrões que infestavam o nordeste naquele tempo [...]. (FIGUEIREDO, 2006, p. 38-39).

A crítica de José Alves de Figueiredo não foi feita apenas aos políticos, latifundiários e também à igreja. Ele também fez duras considerações à própria imprensa, ao afirmar que a perseguição que os veículos de comunicação faziam ao Caldeirão acontecia “em parte pela ausência de escrúpulos de alguns jornalistas que visavam assaltar o bolso do Padre Cícero” (FIGUEIREDO, 2006, p. 37).

A campanha da imprensa feita contra o Caldeirão foi suscitada, segundo Figueiredo, pela interferência de Floro Bartolomeu. De fato, ele teve um papel crucial no combate a José Lourenço. Vindo do interior da Bahia, Floro Bartolomeu chegou a Juazeiro do Norte em 1908. Não demorou muito para ele se tornar homem de confiança de Padre Cícero. Foi Floro Bartolomeu, por exemplo, quem mandou prender José Lourenço no caso do “Boi Mansinho”. Rui Facó (2009) descreve de forma detalhada o que representava a figura de Floro Bartolomeu na época:

É o misto de coronel e burguês, de latifundiário e capitalista, simultaneamente chefe de cangaço e político das grandes capitais, e que, nos meios políticos, seja do município, do estado ou em âmbito nacional, vai defender diretamente os interesses de sua grei, mas procurando conciliar por todos os meios os interesses da burguesia e do latifundiário [...]. Floro Bartolomeu foi um desses tipos, uma de suas mais altas expressões no Brasil. (FACÓ, 2009, p. 164).

A motivação para a perseguição era totalmente política. Mesmo sendo aliado de Padre Cícero, Bartolomeu acreditava que as romarias, ou seja, as manifestações populares do catolicismo, o fanatismo, representavam um atraso para a região do Cariri. José Alves de

Figueiredo o classifica como “fraco”, ao ordenar a prisão de José Lourenço e o esquartejamento “de seu querido Mansinho” (FIGUEIREDO, 2006, p. 38).

Considerações finais

O que era para ser uma forma de desfazer qualquer imagem negativa em relação ao Caldeirão, a partir do relato de como José Lourenço e seu povo vivia, o artigo O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri, seguiu o caminho inverso. Foi a partir de sua publicação que se tomou conhecimento da dimensão da Comunidade. A quantidade de pessoas que José Lourenço conseguiu reunir (no relato de Figueiredo, esse número chegava a 400) e a devoção que os moradores do Caldeirão depositavam no beato, descritas no artigo, preocuparam as classes dominantes. Decidiram, então, investigar o caso.

O curioso é que o artigo foi publicado no jornal O Povo, que durante toda a trajetória do Caldeirão se mostrou favorável ao seu fim. Isso aconteceu, principalmente, pelo fato de José Alves de Figueiredo ter sido na época uma pessoa influente, tanto no aspecto econômico quanto político. Na apresentação do artigo, na Coleção Outras Histórias, Régis Lopes explica essa influência de Figueiredo e como ela foi desfeita:

Naquela época, Figueiredo era farmacêutico, dono de terras, escritor e tinha no currículo o cargo de prefeito do Crato e amizade com elites, quer dizer, colecionava qualidades que poderiam atestar aquilo que se chamava de “boa conduta”. Mas, apesar disso, passou a ser visto como um homem perigoso na medida em que havia escrito sobre um homem que, depois do Caldeirão, tornara-se bem mais perigoso: o beato José Lourenço. (LOPES, 2006, p. 15).

Por conta do período em que o artigo foi publicado, era comum que jornais contassem com colaboradores, não necessariamente atrelados à publicação. O jornal O Povo foi fundado em 1928, ou seja, apenas seis anos antes da publicação das opiniões de José Alves de Figueiredo. Portanto, pode-se concluir que o jornal O Povo ainda era muito recente para ter, de forma efetiva, um quadro de jornalistas fixos.

Além disso, vale salientar que um ano após a publicação de O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri, o O Povo publicou um artigo intitulado Os fanáticos do Caldeirão. Seria uma resposta às opiniões favoráveis de José Alves de Figueiredo e uma forma de ressaltar a opinião do jornal em questão.

A publicação do artigo acarretou sérias conseqüências para José Alves de Figueiredo. Além de perder seu prestígio político, o jornalista, escritor e farmacêutico foi preso. O filho de Figueiredo, José Alves de Figueiredo Filho (1958), que também era escritor, na apresentação do livro do pai, Ana Mulata, publicado em 1958, afirma que viu seu pai chorar

duas vezes. A primeira foi na ocasião da morte de um dos filhos de Figueiredo pai, em 1923. E a segunda vez foi justamente ao ser preso por conta da publicação do artigo.

O artigo ficou solitário, como afirma Régis Lopes (2006, p. 16), “no rol de matérias que os jornais publicaram sobre o Caldeirão”. A repressão que José Alves de Figueiredo sofreu ao publicá-lo é um indício de que, além de combater o Caldeirão, os políticos e a polícia também iriam perseguir aqueles que se posicionassem a favor da Comunidade. Pode-se afirmar, portanto, que ocultar e, principalmente, combater opiniões favoráveis aos ideais e ao trabalho pregados por José Lourenço era uma forma de contribuir para o esquecimento da experiência do Caldeirão.

Essa ideia esteve presente até pouco tempo. Na apresentação da Coleção Outras Histórias, Régis Lopes (2006) cita a opinião de José Alves de Figueiredo Filho (2006), que se mostrava satisfeito com o fato de o Caldeirão estar em processo de esquecimento. Ele mostra satisfação, por exemplo, quando afirma que a Comunidade só é lembrada em manifestações populares, como cordéis e repentes. Vale ressaltar que essa era a visão que ele tinha em 1960.

Apesar de o jornal O Povo, por exemplo, reconhecer que não se posicionou de forma correta em relação ao Caldeirão, tomando como base reportagens, artigos e até mesmo editoriais que reforçam a grandeza de José Lourenço e a violência desnecessária e gratuita que ele e seu povo enfrentaram, as consequências da repressão já estavam postas. As classes dominantes no período em que a Comunidade foi criada, pretendendo preservar uma memória oficial, apagaram todos os indícios do que o Caldeirão e o seu líder representaram de fato.

Isso está mudando, mas este é um processo lento e gradual. José Alves de Figueiredo foi o primeiro, e único, no que diz respeito ao período, a ir além. Pagou caro por isso. Sua ousadia, entretanto, é um aspecto que merece destaque, principalmente aos pesquisadores que pretendem estudar a relação entre memória e esquecimento. E tentar entender como se dá essa relação, tanto no Caldeirão quanto em outras experiências, pode ser feita a partir do trabalho de historiador.

Referências

- COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS. *O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. 52. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FIGUEIREDO, José Alves de. *Ana Mulata*. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1958.

www.pucsp.br/revistacordis

FIGUEIREDO, José Alves de. In: COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS: *O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. 52. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. Apresentação. In: FIGUEIREDO, José Alves de. *Ana Mulata*. Crato: Instituto Cultural do Cariri, 1958.

_____. In: COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS. *O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. 52. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

LEROI-GOURHAN, A. *Le geste et la parole*. Paris: Michel, 1964-1965, 2 vols. Trad. portuguesa. Lisboa: Edições 70, 1981-1983.

LOPES, Régis. *Caldeirão*. Fortaleza: EDUECE, 1991.

_____. In: COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS. *O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. 52. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

PROJETO HISTÓRIA: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *História e imprensa*, São Paulo, EDUC, v. 35, 2007.

* Maria Isabel Medeiros Almeida é graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Atualmente é mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: <bebel86@gmail.com>.

Recebido em novembro de 2009; aprovado em junho de 2010.